

RUI MORAIS

rmoraïs@uaum.uminho.pt

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

ÂNFORAS DA QUINTA DA IVANTA

– UM PEQUENO “HABITAT” MINEIRO EM VALONGO –

“Conimbriga” XLVI (2007) p. 267-280

SUMÁRIO: Os testemunhos de povoados mineiros junto a locais de mineração até à data identificados no território português são abundantes. O mesmo poderá dizer-se relativamente a povoados situados nas suas proximidades. Todavia, com excepção de Aljustrel, o estudo das ânforas nestes povoados não tem tido eco nos trabalhos da especialidade. Na verdade, mesmo no caso das ânforas de Aljustrel, correspondem a fragmentos sem contexto, provenientes de antigas recolhas e actualmente depositados em Museus de Lisboa.

Neste estudo apresentam-se as ânforas recolhidas em contexto de escavação num pequeno “habitat” mineiro, situado na encosta Norte da Serra de Santa Justa, em Valongo, no sítio da Quinta da Ivanta.

RÉSUMÉ: Les témoignages de bourgs miniers identifiés jus qu'à maintenant sur le territoire portugais sont abondants. On pourra dire la même chose sur les bourgs situés dans les proximités. Toutefois, à l'exception de Aljustrel, l'étude des amphores dans ces bourgs n'a pas eu d'écho dans les travaux de la spécialité. En fait, même dans le cas des amphores d'Aljustrel, celles-ci correspondent à des fragments sans contexte, provenant d'anciennes fouilles et déposés dans les Musées de Lisbonne.

Dans cette étude sont présentées des amphores trouvées dans un contexte de fouilles dans un petit habitat minier, situé dans le versant Nord de la «Serra de Santa Justa», à Valongo, en l'endroit de la «Quinta da Ivanta».

ÂNFORAS DA QUINTA DA IVANTA

– *Um Pequeno “Habitat” Mineiro em Valongo* –

I. Considerações prévias

Os testemunhos de povoados mineiros junto a locais de mineração até à data identificados no território português são abundantes, como por exemplo nas Serras de Santa Justa e Pias, Jales, Três Minas, S.^a do Castelo (Urros), Macedinho, Covas de Seixo de Ansiães, Selores e Poço das Freitas. O mesmo poderá dizer-se relativamente a povoados situados nas suas proximidades, como por exemplo a mina dos Mouros (Cerdeira), S. Domingos e Aljustrel. Todavia, com excepção deste último, o estudo das ânforas nestes povoados não tem tido eco nos estudos da especialidade.

Na verdade, mesmo no caso das ânforas de Aljustrel, previamente publicadas por Laura Trindade e Dias Diogo em 1995 (Trindade; Diogo, 1995, p. 11-14) e recentemente apresentadas por Carla Maria Braz Martins no catálogo da sua tese de Doutoramento (Martins, 2005), correspondem a fragmentos sem contexto, provenientes de antigas recolhas e actualmente depositados em Museus de Lisboa.

O mesmo poderá dizer-se relativamente às necrópoles associadas a povoados mineiros. De facto, além de algumas estelas descontextualizadas encontradas nas minas ou nas suas proximidades, apenas se documentaram até à data as necrópoles da Corredoura (Campo, Valongo) e de Aljustrel (cemitérios de Valdoca e Farrobo). Temos ainda a referência a uma necrópole associada a Três Minas, situada no lugar da Veiga, numa pequena planície a ocidente de um grande desmonte, chamado Lago das Covas, mas infelizmente apenas se sabe que teriam sido recolhidos vidros e “vasilhas de barro”, entretanto desaparecidos. Daí, conhecem-se, no entanto, seis lápides funerárias, cinco das quais fazem

referência a personagens oriundos do *conventus* de Clunia (vd. Almeida, 1973, p. 554-555).

A necrópole da Corredoura (Campo, Valongo), que nos interessa em particular por questões de proximidade, está relacionada com os povoados mineiros de Santa Justa e Pias, dada a sua localização na base desta última serra (Pinto, 1994, p. 7). Os parques materiais aí exumados, verdadeiramente datáveis, estão essencialmente representados por *sigillatas* do sul da Gália e *sigillatas* hispânicas com cronologias de meados a finais do século I, não tendo sido registados, todavia, quaisquer fragmentos de ânfora (vd. Pinto, 1994, p. 5-19; Figs. 1-12).

O caso de Aljustrel é distinto dada a existência de dois cemitérios: o da Valdoca e o do Monte do Farrobo.

O primeiro foi fruto de escavações sistemáticas realizadas por Abel Viana e Veiga Ferreira; aí se registou um conjunto de 496 sepulturas de inceneração (65%) e de inumação (35%), estas últimas praticamente sem espólio (Ferreira; Andrade, 1966, p. 3). O vasto espólio aí recuperado, em boa hora estudado por Jorge e Adília Alarcão, é constituído por cerâmicas comuns acompanhadas por *sigillatas* alto e baixo imperais, paredes finas, vidros e lucernas datáveis do período de Augusto até à roda da 2.^a metade do século III (Alarcão; Alarcão, 1966, p. 1-98; Ests. I-XXXVIII). Mais uma vez as ânforas estão praticamente ausentes; apenas se conhecem referências a fragmentos de ânforas recolhidas entre as sepulturas e na cobertura de sepulturas (como no caso das n.º 304 e 305) (vd. Ferreira; Andrade, 1966, p. 3, 6) mas sem alusão às formas e respectivas quantidades. Na verdade apenas se publicam, como peças avulsas e fora de contexto (Alarcão; Alarcão, 1966, p. 100-102; Est. XXXVIII), duas ânforas integráveis no tipo lusitano Dressel 14, cujos característicos bordos perolados, indênticos aos bordos n.º 4 a 6 recolhidos na Quinta da Ivanta, se podem atribuir ao século II (vd. Mayet; Silva, 2002, p. 99-100),

A necrópole do Monte do Farrobo, escavada por Ruy Freire de Andrade, O. da Veiga Ferreira e Pe. Serralheiro em 1959, faz parte, muito provavelmente, da necrópole de uma *villa*, com espólio datável entre 50 e 350 d. C., com particular destaque para o período entre 50 e 150 d. C. (vd. Alarcão, 1974, p. 31). De entre o espólio recuperado, constam fíbulas, vidros, lucernas e cerâmicas comuns e finas (paredes finas, vidrados plúmbios, *sigillata* africana), mas, infelizmente, nenhuns fragmentos de ânforas.

II. O sítio

O espólio que agora se apresenta provém de um pequeno “habitat” associado à exploração mineira de uma jazida primária romana, situada na encosta Norte da Serra de Santa Justa, entre a Ribeira de Valongo e a entrada do Fojo das Pombas, no sítio conhecido por Quinta da Ivanta¹. Faz parte de um núcleo ou couto mineiro da região Mineira do Douro, especialmente rico em filões auríferos transversais (com elevada percentagem de ouro por tonelada²), delgados e curtos, encaixados em quartzitos e xistos quartzosos, de reduzida possança e miniralização irregular (bolsadas), definidos na Carta Geológica de Portugal como pertencentes ao “Complexo xisto-grauvático ante-ordovícico e séries meta-fórficas derivadas” (Carvalho, 1969).

No que à unidade administrativa e política da época romana diz respeito, esta região estava incluída no território do *conventus bracaraugustano*, e parte integrante de um distrito mineiro autónomo, situado entre a *civitas* de *Cale* e a de *Tongobriga* (Lemos; Meireles, no prelo). Abarca uma área de cerca de 30 Km de comprimento e 10 km de largura máxima, orientada de NO para SE, desde Valongo a Castelo de Paiva (Carvalho, 1969, p. 101), e possui alguns locais de mineração com vestígios romanos ou que se supõe terem sido por eles explorados. De entre estes, conhecidos por Fojos, destacam-se os seguintes: Fojo das Talhadas; Fojo do Escritório; Fojo da Pirâmide; Fojo das Escadas; Fojo do Acantilado, Fojo das Pombas e Fojo da Valéria (vd. Martins, 2005, p. 265-293).

A estes acrescenta-se o pequeno “habitat” da Quinta da Ivanta, provavelmente um “povoado mineiro”, objecto de escavações de emergência em 1999, sob a coordenação de José Marcelo Mendes Pinto, e recentemente escavado por Lúcia Baptista e Liliana Barbosa, arqueólogas da empresa de arqueologia Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca³, no âmbito de um plano de minimização do impacto de um futuro empreendimento imobiliário previsto para aquela zona.

¹ A Quinta da Ivanta situa-se na freguesia de Valongo, Concelho de Valongo, Distrito do Porto, e referenciado na carta militar 1/25 000, folha 123: 41° 11' 15'' Latitude Norte; 8° 29' 4'' Longitude Oeste (Greenwich).

² De acordo com Allan (1965), os teores auríferos variam entre 20 e 40 g/t.

³ Agradecemos às arqueólogas e aos responsáveis da empresa de arqueologia a que pertencem a possibilidade de estudar as ânforas recolhidas neste local.

Como se pode constatar na planta da escavação previamente apresentada pelos arqueólogos daquela empresa no “3.º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu” e de acordo com a sua interpretação (Teixeira, et alii, 2006), as estruturas identificadas correspondem a um conjunto de muros que desenham várias divisórias de habitações construídas em socacos com um complexo sistema de drenagem, através de canalizações escavadas na rocha. De entre o espólio não cerâmico recolhido nas escavações saliente-se a recolha de mós de granito semelhantes aos de moagem de cereais com orifícios centrais para a fixação do mecanismo giratório, possivelmente utilizadas nos moinhos cilíndricos de marcha lenta para pulverizar o minério já triturado.

Atravessando o local existe uma galeria utilizada para desmonte de filões, actualmente aproveitada como “mina” de água, *grosso modo* orientada N/S, coberta por grandes lages de xisto⁴. De acordo com os trabalhos de prospecção realizados (Teixeira, et alii, 2006, p. 195), trata-se de uma galeria escavada a pico com 80 cm de largura, 180 cm de altura e com um comprimento de 103 metros no total. Como é característico deste tipo de galerias existem pequenos nichos talhados para a colocação de lucernas, neste caso maioritariamente situados na parede Oeste a cerca de 120 cm do chão e espaçadas e separadas entre si por um ou dois metros (id. ibidem). Nestes trabalhos de prospecção foram ainda identificadas, na face Oeste desta galeria, duas outras pequenas galerias a cerca de 83 e 92 metros da entrada, a última das quais dá acesso a um poço quadrangular, com 1,25 x 1,20 com quatro metros de profundidade (id. p. 196). Este poço, à semelhança, por exemplo, daqueles encontrados nos Fojo das Pombas, terá sido utilizado como chaminé de ventilação, através de escadas e sarilhos de elevação, e igualmente utilizado como via de acesso a uma outra galeria com orientação W-E e via de escoamento do minério à superfície.

A ausência de vestígios de técnicas associadas à elevação da água dos poços, leva-nos a crer que, à semelhança de outros locais de mineração, o escoamento se fazia através de bolsas de couro, alcofas em esparto ou recipientes em cerâmica, elevados à força de braços, sistema que certamente também era utilizado para elevar o minério recolhido.

⁴ A existência de água na mina, indicador de uma fonte de água no local, foi certamente importante para a rentabilidade da mina em época romana já que, como se sabe, a água era de facto indispensável a todo o processo de mineração.

É ainda possível que tivessem usado outro tipo de recipientes feitos em bronze, como no caso das sítulas recolhidas nas minas de Santa Justa e Pias (fojo das Pombas), ou de baldes ou vasos de perfil troncocónico, como aqueles recolhidos nas minas de Jales e Aljustrel (Algares). Apesar da ausência de vestígios destes ou de outros tipos de recipientes, o que podemos certamente aceitar é que, particularmente neste “habitat” mineiro, o controlo da água subterrânea teria determinado a viabilidade da mina.

A recolha de um conjunto apreciável de pequenas lajes de xisto, por vezes perfuradas, poderão indicar que, para além do seu uso como pesos de tear, estas poderiam ter sido utilizadas em cruzetas de sarilhos de elevação, igualmente úteis para a elevação da água e escoamento do minério recolhido, um sistema já documentado nas minas de Montinho (Panoias, Ourique) e Aljustrel (Vipasca).

III. As ânforas

Os materiais da Quinta da Ivanta que agora se apresenta provém, como referimos, das recentes escavações realizadas neste “habitat” mineiro. Trata-se de um conjunto superior a seis dezenas de exemplares exclusivamente representado por ânforas de proveniência bética e lusitana.

Como se verifica no quadro e histograma, predominam as ânforas importadas da bética, correspondentes a 74,2%; os restantes 25,8% correspondem a produções lusitanas (exclusivamente representadas pelo tipo Dressel 14).

As produções lusitanas, com excepção dos fragmentos n.º 4 a 6, que apresentam um bordo perolado datável do século II, podem ser enquadrados no século I (n.º 1 a 3).

As produções béticas, com excepção de quatro ânforas piscícolas pertencentes a três exemplares Dressel 7-11 (4,8%) (n.º 9 a 10) e um exemplar Beltrán II B (1,6%) (n.º 11), correspondem a produções oriundas do Guadalquivir. Destas, como seria de esperar, destacam-se as ânforas Haltern 70 com c. de 30 exemplares (48,4%) (n.º 13 a 19), seguidas por c. de onze exemplares Dressel 20 (17,7%) (n.º 20 a 26) e um exemplar do tipo *urceus* (1,6%) (n.º 27a e b).

A apreciação tipológica das ânforas e sua contextualização estratigráfica permite admitir uma diacronia de ocupação do sítio do

período de Augusto a inícios do século II, com especial incidência na primeira metade do século I. A confirmá-lo, a presença nas mesmas unidades estratigráficas de fragmentos de *terra sigillata* de tipo itálico e do sul da Gália e, em menor quantidade, da *terra sigillata* hispânica. Apesar do estado de fragmentação da maior parte destes fragmentos que impossibilitam a atribuição de uma tipologia específica, destaque-se, todavia, dois fragmentos de pratos de *terra sigillata* de tipo itálica *Consp.* 18.1 e 18.2 (n.º 28), datáveis de 15 a. C. a 37 d. C., dois fragmentos do Sul da Gália da forma Drag. 30, decorados com o motivo da Cruz de St.º André de meados do século I d. C., e um fragmento de prato com uma marca do oleiro Albinus (i), um oleiro que laborou em La Grausefensenque entre 40 a 80 d. C. (Oswald, 1964, p. 10; Polak, 2000, p. 162) (n.º 29). De acordo com o punção [OFALBINI] trata-se de um prato, provavelmente Drag. 15/17 ou 18, datável do período de Nero, o período de maior produção deste oleiro (vd. Polak, 2000, p. 162).

IV. O seu significado

Num estudo apresentado com César Carreras Monfort, a propósito da geografia de consumo das ânforas Haltern 70 (Morais; Carreras Monfort, 2004, p. 112), sugerimos ter existido uma grande coerência entre a forte concentração destas ânforas no Noroeste com as boas comunicações marítimas e fluviais, seguindo os itinerários que se dirigiam às explorações auríferas e os acantonamentos militares, e, como tal, preferencialmente destinadas ao abastecimento dos exércitos nas primeiras décadas do período imperial.

O exemplo que aqui estudamos, representado pelo conjunto de ânforas recolhidas nas escavações do “habitat” mineiro da Quinta da Ivanta, permite, de facto, comprovar aquela sugestão. Na verdade, como referimos e se constata no quadro e histograma, são as ânforas Haltern 70 as mais abundantes de todo o conjunto, com c. de 30 exemplares.

Mas o interesse desta amostra não se fica exclusivamente pela presença destacada das ânforas Haltern 70. Como facilmente se pode constatar, é muito curiosa a **presença, proporcionalmente significativa, das ânforas Dressel 20**, com c. de onze exemplares. Tal quantidade ultrapassa em muito a relação percentual destas ânforas no Noroeste peninsular, que, como sabemos, não sendo inexpressivas (vd. Fabião, 1993-94, p. 219-245), não atingem o valor percentual aqui documentado.

Esta situação permite igualmente corroborar um estudo por nós recentemente apresentado (Morais, no prelo), quando sugerimos a existência de um abastecimento direccionado e a baixo custo na comercialização das ânforas Haltern 70, numa perspectiva de **sistema de mercado híbrido** em estreita relação com as variáveis custos de transporte / etnicidade das populações autóctenes. Segundo este estudo (vd. Moraes, no prelo a), ter-se-iam criado, pelo menos a partir de Augusto, as condições necessárias para a manutenção de um sistema de abastecimento híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal que se iniciava com a comercialização das ânforas Dressel 20.

A diferença proporcionalmente significativa das ânforas Dressel 20 recolhidas neste “habitat” mineiro da Quinta da Ivanta, relativamente a outros conjuntos conhecidos no Noroeste peninsular, apenas se explica num contexto de um abastecimento de tipo institucional e de cariz estatal aos locais de mineração, e, em última análise, pela inequívoca importância do azeite nestes contextos.

Curiosamente (ou não), podemos verificar que os materiais de antigas recolhas em Aljustrel apesar de revelarem uma maior diacronia de ocupação do local apresentam um perfil de consumo muito próximo do da Quinta da Ivanta. De entre os materiais publicados por Laura Trindade e Dias Diogo (Trindade; Diogo, 1995, p. 11-14), e em parte recentemente apresentados no catálogo da tese Doutoramento de Carla Maria Braz Martins (Martins, 2005, p. 500-507)⁵, figuram – com excepção de um fragmento de fundo atribuível a uma ânfora Dressel 2-4 da Campânia e um fragmento do tipo Almagro 50/Keay XXII (“Lusitana 4”) –, as ânforas béticas Haltern 70, Dressel 20, Dressel 7-11 e as ânforas lusitanas Dressel 14 (“Lusitana 2”). Mais uma vez, à semelhança da amostra da Quinta da Ivanta, são predominantes as formas morfológicamente enquadráveis no século I e os inícios do século II (em particular da primeira metade do século I), como parece demonstrarem os fragmentos de bordo das ânforas Haltern 70 e Dressel 20, igualmente bem representados nesta amostra.

⁵ Pela descrição do fabrico e pelo desenho, duas das peças classificadas pela autora (Martins, 2005, p. 418-423; figs. 49-56, p. 500-507) como ânforas Dressel 20, parecem na verdade tratar-se de um fragmento Dressel 14 lusitano (n.º de registo 9.2.7) e de um fragmento de almofariz de proveniência bética (n.º de registo 9.2.8). Com excepção, talvez, do fragmento de fundo com o n.º de registo n.º 9.2.15, os fundo classificados como Dressel 20 devem igualmente atribuir-se a outras formas.

À parte os aspectos formais das ânforas que acabamos de analisar, o conjunto recuperado na Quinta da Ivanta coloca outras questões que achamos de algum interesse e para as quais tentaremos dar resposta.

Uma das questões prende-se com o perfil de consumo deste local que, tratando-se de uma área de mineração, regista algumas especificidades. De entre estas cabe de novo salientar a significativa presença das ânforas Dressel 20 que, como contentores que transportavam azeite, eram fundamentais na dieta alimentar e indispensáveis na iluminação. As restantes ânforas, estão presentes em condições idênticas a outros locais de consumo romanos situados em zonas do litoral ou servidos por cursos de água navegáveis, não correspondendo a um hábito ou perfil de consumo específico. Apenas se nota um tipo de abastecimento mais monótono apenas representado com produtos peninsulares béticos e lusitanos. Estão neste caso as ânforas béticas Haltern 70, que, como nos indicam os *tituli picti*, eram usados para o transporte de uma diversidade de produtos, entre os quais os produtos derivados do vinho (*defrutum*, *sapa*), produtos oleícolas (*olivae*) e salgas (*muria*) (vd. Aguilera, 2004, p. 119-120; Carreras Monfort, 2004, p. 117), e as ânforas de origem bética e lusitana que transportavam produtos piscícolas, que pelo seu valor nutritivo e pelas grandes quantidade de sal que possuíam eram importantes na dieta alimentar.

Outra das questões, directamente relacionada com a primeira, diz respeito ao transporte e circuitos de comércio destes produtos no contexto do abastecimento deste “habitat” mineiro. Neste caso a questão não coloca grandes dificuldades. De facto, se atentarmos na análise de um mapa da rede viária do Noroeste facilmente constatamos que este local situado, como vimos, na encosta norte da Serra de Santa Justa, em Valongo, beneficiava da proximidade da bacia hidrográfica do Douro, que, como nos indica Estrabão (III, 3, 4) era navegável para grandes navios em cerca de oitocentos estádios (correspondentes a cerca de 25 léguas, pouco menos de 150 km). Os cerca de dezasseis quilómetros que separa a Serra de Santa Justa do Porto são de facto, diminutos, se pensarmos que os produtos poderiam circular em embarcações de pequeno calado por um dos afluentes do Douro junto à Serra de Santa Justa, o rio Sousa. Complementando ou sobrepondo-se ao transporte de produtos por via fluvial (e em sentido inverso o escoamento dos minérios), contámos ainda com dois eixos viários fundamentais: o primeiro no sentido Norte-Sudoeste, ligando esta zona a *Bracara Augusta* pela via XVI, e o segundo ligando o litoral ao interior.

Mas, como se pode imaginar, a proximidade do Porto foi uma das condicionantes mais importantes no abastecimento deste “habitat” mineiro da Quinta da Ivanta. Como se supunha e tivemos oportunidade de constatar em diferentes estudos (Morais; Carreras, 2004, p. 93-112; Moraes, 2005; Moraes, no prelo a; Moraes, no prelo b), *Cale*, situado no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa, foi um dos mais importantes ancoradouros do Noroeste peninsular. A comprová-lo temos um vasto conjunto de ânforas recolhidas num potente aterro realizado em meados do século XVIII, aquando a construção do antigo edifício do Aljube do Porto, e que revelou tratar-se de um dos mais importantes depósitos de ânforas até à data documentado em território português (Morais, no prelo b).

V. Considerações finais

Tendo em conta o conjunto de materias recolhidos na Quinta da Ivanta, e em particular as cerâmicas finas em *terra sigillata* e as ânforas, percebemos que se trata de um pequeno núcleo habitacional, situado perto do local de trabalho.

Os dados que agora possuímos não são, no entanto, totalmente esclarecedores quanto à verdadeira funcionalidade do espaço. A avaliar pela disposição geográfica do local é bem possível que na plataforma superior, ainda não escavada, possa existir o equivalente à lavaria e os fornos de fundição, aproveitando os ventos para o bom funcionamento das fornalhas, e permitir a fácil dispersão dos fumos tóxicos por elas libertadas. A existência de fragmentos de cerâmica e escórias à superfície são um bom indicador nesse sentido.

A diversidade e quantidade de material até à data recolhido no local, é significativo de que no local da Quinta da Ivanta, para além dos operários envolvidos na exploração mineira, teria existido uma população residente envolvida noutras actividades paralelas. Disso pode ser testemunho o conjunto apreciável de pequenas lajes de xisto que, a par de cossoiros igualmente registados, poderão estar relacionados com a tecelagem doméstica e com a confecção de sacos para o transporte dos minérios, uma vez tratados.

Tratando-se de um núcleo para a extração do ouro, e como tal considerado como fazendo parte dos *territoria metallorum* da posse do Estado (vd. Domergue, 1990, p. 237), é de calcular que a maior parte

dos trabalhadores, fosse, de condição escrava⁶, seguidos dos habitantes mais pobres da região⁷ e, provavelmente, condenados às minas, “*damnatio ad metalla*”⁸. Toda esta população era vigiada e controlada por corpos auxiliares de legionários implicados na manutenção da ordem pública e no processo técnico e de controlo da mineração (como no caso da preparação ou entivação de poços, abertura de canais ou mesmo na construção de vias de acesso)⁹. No caso do couro mineiro de Valongo sabemos ainda de um achado epigráfico que nos dá conta da existência de um migrante assalariado (Silva, 1984, p. 47; Silva, 1986, p. 281) que talvez pudessemos incluir nos *liberi mercenari* (*locationes-conductiones operarum*), igualmente responsáveis pelas obras de engenharia¹⁰.

Todos os indivíduos implicados no processo de mineração possivelmente estariam na dependência de um procurador adjunto (provavelmente um liberto), responsável pela administração do distrito mineiro, supervisionado pela figura de um procurador directamente nomeado pelo imperador.

Como podemos constatar pelos materiais exumados, temos na Quinta da Ivanta uma diacronia de ocupação do período de Augusto a inícios do século II.

A pouca representatividade de materiais integráveis no último quartel do século I e os inícios do século II parece um forte indicador a favor da desactivação do sítio a partir dos últimos decénios de ocupação, talvez pelo facto do jazido ter deixado de ser economi-

⁶ Em Três Minas, numa única exploração, a mão-de-obra escrava teria chegado a c. de dois milhares (Almeida, 1970, p. 299). A utilização de grandes quantidades de escravos logo após a pacificação do NO é referida por Floro (2, 33, 59).

⁷ O trabalho nas minas sem obrigação era frequentemente realizado pelas pessoas mais desfavorecidas, como se pode documentar pelo tipo de indumentária que usavam: o gorro e a *baxae* em esparto (como aquelas recolhidas em Algaes, Aljustrel), o manto e o bastão (Martins, 2005, p. 147).

⁸ Lei introduzida na época de Tibério, passando o condenado a ser propriedade do *fiscus* e designados pelos juristas de *servus poenae* para os distinguir dos *servi caesaris* (vd. Martins, 2005, p. 146).

⁹ A presença militar no distrito mineiro de Três Minas está documentada pela epigrafia que testemunha a presença dois militares pertencentes, respectivamente, à VII Legião e à Cohorte gausela da cavalaria dos cidadãos romanos (Almeida, 1970, p. 199).

¹⁰ Sobre estas questões consultar Rodríguez Ennes, 1992, p. 426-427.

camente rentável, como resultado de uma intensa exploração do sítio que teria esgotado todo o conteúdo mineralizado¹¹.

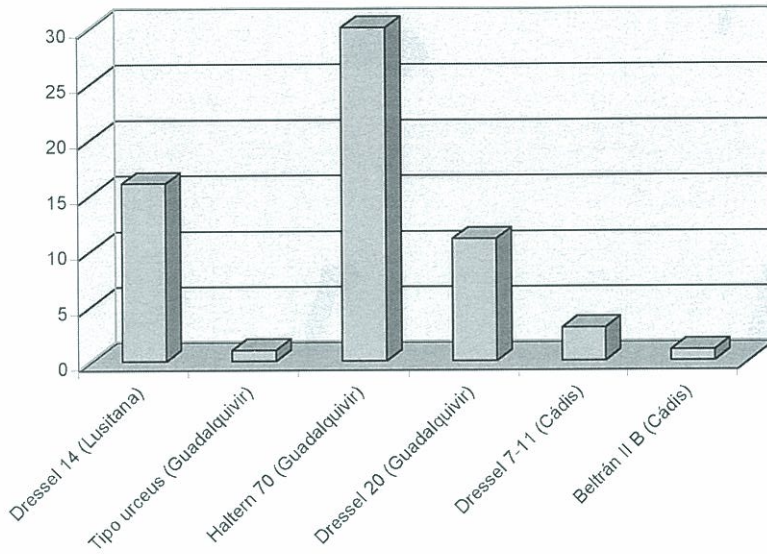
Para terminar diríamos que a identificação e escavação sistemática de povoados mineiros poderá, em definitivo, corroborar a ideia que aqui trouxemos: a da existência de um **mercado de abastecimento híbrido**, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro **sistema anónimo de cariz estatal** exemplificado com a comercialização das ânforas Dressel 20.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA, (2004) – El contenido de las Haltern 70 según los *Tituli Picti*. “Culip VIII i les ànfores Haltern 70”. *Monografies del Casc 5*. Girona, 119-120.
- ALARCÃO, J, ALARCÃO, A. (1966) – O Espólio da Necrópole de Valdoca. *Conimbriga* (V). Coimbra, 7-104, Ests. I-XXXVIII.
- ALLAN, J. C. (1965) – A mineração em Portugal na antiguidade. *Boletim de Minas*. Vol. 2 (3). 139-175.
- ALMEIDA, C. A. F. (1973) – Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes). *XII Congreso Nacional de Arqueologia*. Zaragoza, 553-562.
- ALMEIDA, D. F. (1970) – Minas de ouro na ‘Gallaecia’ portuguesa. *Coloquio Internacional de Romanistas* (16-21 – IX – 1968). Catedra de San Isidoro, Léon: Instituto Leones de Estudios Romano-Visigóticos, p. 289-301.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – El producte envasat. “Culip VIII i les ànfores Haltern 70”. *Monografies del Casc 5*. Girona, 117-119.
- CARVALHO, A. D. (1969) – Minas de antimónio e ouro de Gondomar. *Estudos, Notas e Trabalhos*. Porto. XIX (1-2), 91-169.
- CARVALHO, A. D. (1979) – Breves referências sobre jazigos auríferos portugueses. *Boletim de Minas*. Vol 16 (3-4). Lisboa, 139-150.
- CARVALHO, J. S., FERREIRA, O. V. (1954) – Algumas lavras auríferas romanas. *Estudos, Notas e Trabalhos*. Porto. V (1-4), 20-46.
- DOMERGUE, C. (1990) – *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l’antiquité romaine*. Rome: Palais Farnese, Collection de l’École Française de Rome.
- FABIÃO, C. (1993-94) – O azeite da baetica na lusitania. *Conimbriga* (XXXII-XXXIII). Coimbra, 219-246.
- FERREIRA, O. V, ANDRADE, R. F. (1966) – A Necrópole de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga* (V). Coimbra, 1-6.

¹¹ Os jazigos da região de Valongo raramente ultrapassam as três centenas de metros e a sua possança varia, geralmente, entre 0,20 m e 1,20 m, dispersando-se, de forma inesperada, sob a forma de Bolsadas (Carvalho, 1979, p. 144; 148).

- LEMONS, S., MEIRELES, C. A. P. (no prelo) – *Mineração aurífera no conventus de Bracara Augusta*.
- MARTINS, C. M. B (2005) – *A Exploração Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal* (vol. I-II). Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Policopiado.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MORAIS (no prelo a) – *Durius e Lethes: dois percursos de um mesmo itinerário. Problemáticas em torno das ânforas Haltern 70. Matesinus* (n.º 6). Câmara Municipal de Matosinhos. Matosinhos.
- MORAIS, R. (no prelo b) – *A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. Conimbriga* (46). Coimbra.
- MORAIS, R., CARRERAS MONFORT, C. (2004) – *Geografia del consum de les Haltern, "Culip VIII i les àmfores Haltern 70". Monografies del Casc 5*. Girona, 93-112.
- OSWALD, F. (1964) – *Index of Figure-Types on Terra Sigillata "Samian Ware"*. (suplemento de *The Annals of Archaeology and Anthropology*), Londres: Margidunum.
- PINTO, J. M. M. (1994) – *Escavações arqueológicas da necrópole romana da Corredoura (Campo-Valongo)*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.
- POLAK, M. (2000) – *South Gaulish Terra Sigillata from Vechten. Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*. Nijmegen, sup. 9.
- SILVA, A. C. F. (1984) – *Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu pensamento. Gaya* (2), 39-58.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- TEIXEIRA, R., FONSECA, V., BAPTISTA, L., RODRIGUES, L. (2006) – *"Resultados preliminares da Intervenção na Quinta da Ivanta, Valongo". Actas 3.º Simpósio sobre mineração e metalurgia históricas no sudoeste europeu* (Porto – 21, 22, 23 Junho 2005), Porto, 185-198.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1995) – *Ânforas romanas de Aljustrel. Vipasca. Arqueologia e História*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel: Unidade de Arqueologia de Aljustrel. 4, 11-14.



Tipo	N.º mín. individuos	%
Dressel 14 (Lusitana)	16	25,8
Tipo <i>urceus</i> (Guadalquivir)	1	1,6
Haltern 70 (Guadalquivir)	30	48,4
Dressel 20 (Guadalquivir)	11	17,7
Dressel 7-11 (Cádiz)	3	4,8
Beltrán II B (Cádiz)	1	1,6
	62	100

Est. II



1



2



3



4



5



6



7



8

0 3 cm



9



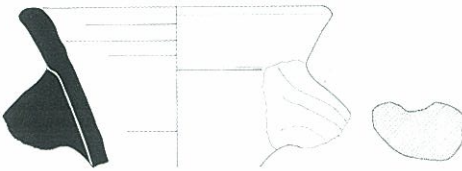
10



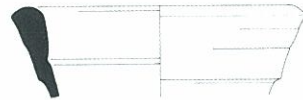
11



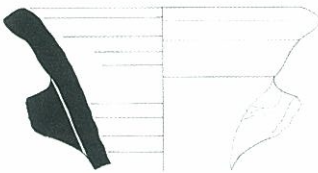
12



13



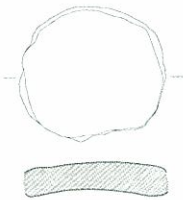
14



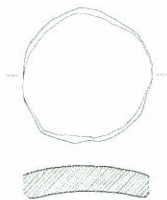
15



16



17



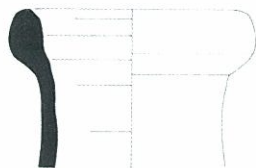
18



19

0 3 cm

EST. IV



20



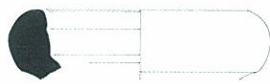
21



22



23



24



25



26

0 3 cm



27 a



27 b

0 3 cm



28



29

0 2 cm

